



**ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 30/03/2017**

1 CONSELHEIROS PRESENTES

2

3 Bruno Henrique Beilfuss – representante suplente da Secretaria de Estado do  
4 Desenvolvimento Econômico Sustentável;

5 Flavio Brea Victoria – representante titular da Secretaria de Estado de Planejamento;

6 Bento Garcia – representante titular da Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca de Santa  
7 Catarina;

8 Cristine Durante de Souza Silveira – representante titular da Secretaria de Estado da Saúde;

9 Bento Garcia – representante titular da Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca de Santa  
10 Catarina;

11 Ana Maria Mello Peixoto – representante titular das Centrais Elétricas de Santa Catarina  
12 S.A. – CELESC;

13 Fabiane Nóbrega – representante suplente da Federação das Indústrias de Santa Catarina;

14 Ives Luiz Lopes – representante suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura;

15 Alexandre Bach Trevisan – representante titular da Associação Catarinense de Engenharia;

16 Ciro Loureiro Rocha – representante titular da Associação Brasileira de Engenharia  
17 Sanitária e Ambiental;

18 Nadia Bonumá – representante titular da Associação Brasileira de Recursos Hídricos –  
19 ABRH;

20 Héctor Muñoz – representante suplente da Associação Catarinense das Fundações  
21 Educacionais.

22 Ricardo Marcelo de Menezes – representante titular do Fórum Estadual dos Comitês de  
23 Bacias Hidrográficas.

24

25 OUTROS REPRESENTANTES

26 Camila de Andrade Christofoli – Secretária Executiva do CERH;

27 Mariana Luiz Noronha – SDS;

28 Marcelo Curtarelli \_ Fundação CERTI;

29 Vinícius Raghianti – Fundação CERTI;

30 Luiz Ismael de Camargo Leme – Comitê da Bacia Hidrográfica do Araranguá

31 Rui Batista Antunes – SDS/DRHI

32 Vinícius Constante – SDS/DRHI

33

34 INÍCIO: 09h TÉRMINO: 12h

35

36 Às nove horas do trigésimo dia do mês de março de dois mil e dezessete, na sala de reunião  
37 da SC Parcerias, Florianópolis, reuniram-se os acima nominados para discutir, conforme a  
38 ordem do dia, os seguintes assuntos:

39

40 **Abertura:**

41 • Aprovação da Ata da 44ª Reunião Ordinária do CERH;

42 • Posse de novos conselheiros.

43

44 **Deliberações sobre:**

45

46 • Proposta Minuta de Resolução sobre a Divisão Hidrográfica do Estado, conforme



**ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 30/03/2017**

47 discussão e encaminhamento da CTIL.

48

49 **Apresentações sobre:**

50

- 51 • Apresentação pela equipe técnica da Fundação CERTI da etapa de conclusão do
- 52 Diagnóstico da Situação Atual dos Recursos Hídricos do Plano Estadual de
- 53 Recursos Hídricos, conforme discussão e encaminhamento da Câmara Técnica de
- 54 Acompanhamento do Plano;
- 55 • Relatório Anual dos Comitês de Bacias Hidrográficas – Ano 2016.

56

57 **Informações gerais.**

58

59

60 Após a verificação do quórum, a Secretária Executiva do Conselho Estadual de Recursos  
61 Hídricos (CERH), Camila Christofoli, abriu a 45ª Reunião Ordinária do CERH, iniciando  
62 pela **“Aprovação da Ata da 44ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos**  
63 **Hídricos”**, sendo questionado se algum conselheiro teria alguma consideração sobre o texto,  
64 além das que haviam sido mandadas por e-mail pelo conselheiro Héctor e dos erros de  
65 digitação apontados pelo conselheiro Alexandre, não havendo considerações, foi aprovada a  
66 ata. Bruno então, deu prosseguimento à pauta com o item **“Posse de novos conselheiros”**,  
67 quando então o conselheiro Ricardo Marcelo de Menezes – representante titular do Fórum  
68 Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas, tomou posse, sendo ressaltada pelo Bruno  
69 que a participação dos Comitês de Bacias Hidrográficas no CERH era uma reivindicação  
70 antiga e que o conselheiro teria muito a contribuir nos debates sobre recursos hídricos.  
71 Passou-se então ao próximo item da pauta **“Proposta Minuta de Resolução sobre a**  
72 **Divisão Hidrográfica do Estado, conforme discussão e encaminhamento da CTIL”**,  
73 sendo então apresentada a nota técnica pelo Vinícius, da Diretoria de Recursos Hídricos,  
74 responsável pelo estudo geográfico da divisão, com o histórico dos estudos que foram feitos  
75 para chegar nesta nova divisão. Passada a Resolução, foi sugerido pelo conselheiro Héctor a  
76 exclusão do artigo 3º, o que foi aprovado pelos demais conselheiros. Foi também  
77 questionada a nomenclatura da UPG Negro, ficando então resolvido alterar o nome para  
78 Canoinhas, assim como da UPG Babitonga, sendo explicado pelo Vinícius que o Comitê  
79 também já está alterando a sua nomenclatura e desta forma fica de acordo. Foi questionado  
80 pelo conselheiro Alexandre sobre a inclusão da ilha de Florianópolis, sendo explicados pelo  
81 Vinícius os motivos que levaram a decisão de desconsiderar a ilha, quando então foi  
82 discutido pelos conselheiros e ficou decidido incluir uma Unidade de Planejamento e Gestão  
83 referente a Ilha de Santa Catarina, apesar da dificuldade de operacionalizar, pois as  
84 resoluções anteriores não tratavam de comitê na ilha, o que tranquilizaria a decisão da ilha é  
85 a possibilidade de um comitê ter uma unidade de gestão em paralelo ou se criar um outro  
86 comitê e esta decisão teria que vir no futuro, como já se tentou e não conseguiu, tentou o  
87 comitê lagoa e o comitê ilha e politicamente nenhum dos dois se fortaleceu. Foi questionada  
88 pelo conselheiro Héctor sobre como a Resolução poderia revogar a lei, sendo explicada  
89 então pelo Rui da Diretoria de Recursos Hídricos de que a Resolução se aprovada, seria  
90 utilizada como subsídio para revogar a lei. O conselheiro Bruno explicou ainda que entende  
91 que estas matérias não seriam assuntos para ser tratado em lei, apesar de ter sido o modelo  
92 adotado a época, inclusive por ter um conteúdo dinâmico. Foi então feita uma leitura



**ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 30/03/2017**

93 resumida da Resolução, explicando a sistemática utilizada para redação, sendo então seu  
94 texto aprovado pelos conselheiros. Passou-se então ao próximo item da pauta  
95 **“Apresentação pela equipe técnica da Fundação CERTI da etapa de conclusão do**  
96 **Diagnóstico da Situação Atual dos Recursos Hídricos do Plano Estadual de Recursos**  
97 **Hídricos, conforme discussão e encaminhamento da Câmara Técnica de**  
98 **Acompanhamento do Plano”**, sendo explicado pelo Bruno dos encontros que foram  
99 realizados nos comitês, do workshop, das reuniões das Câmaras Técnicas de  
100 Acompanhamento do Plano, e tudo que já foi realizado, mas que entendia ser necessário que  
101 o CERH tomasse conhecimento do que vem sendo feito, quando foi questionado pelo  
102 conselheiro Ciro se a divisão hidrográfica impactaria na Plano Estadual, sendo respondido  
103 pelo Bruno que já vinha se trabalhando em conjunto e desta forma o Plano já está  
104 configurado nos moldes da nova divisão. Passou-se então a palavra aos técnicos da  
105 Fundação CERTI Vinícius e Marcelo, que fizeram a apresentação da etapa do diagnóstico já  
106 elaborado no Plano Estadual, apontando as demandas atuais dos recursos hídricos, que  
107 subsidiarão as próximas etapas, completando que agora o desafio é fazer uma projeção para  
108 horizontes futuros, de modo a subsidiar os planos de ação e os programas que o plano irá  
109 contemplar. Finalizou então a apresentação e então passou a palavra aos questionamentos,  
110 sendo perguntado pelo conselheiro Ives sobre a retirada e o consumo da irrigação ter pouco  
111 retorno em comparação com a indústria e o abastecimento, sendo que devido a evaporação o  
112 arroz irrigado só retorna entre 35% e 40%, enquanto indústria e abastecimento volta  
113 aproximadamente 80%, e aquicultura e mineração retorna 90%. Questionado pelo  
114 conselheiro Alexandre sobre a realidade dos dados de Turismo e da Indústria, foi informado  
115 pelo Vinícius da Fundação CERTI, que os dados utilizados foram utilizadas análises do PIB,  
116 que se trata de um valor real segundo apuração da Secretaria de Planejamento, e do cadastro,  
117 que ainda possui algumas falhas em alguns setores e por esta razão foi utilizado os dados do  
118 operador nacional do sistema elétrico, que é o que subsidia os cálculos das vazões  
119 consuntivas, que não vão afluir nos aproveitamentos elétricos, que se entende ser um dado  
120 bem consistente, pois para este setor interessa muito saber efetivamente quanto de água vai  
121 ser aproveitável e por isso entendeu-se que seria uma boa metodologia. A metodologia da  
122 ONS estima um valor de PIB em dólar e converte isto em uma taxa de retirada. Para resolver  
123 esta questão seria necessário resolver o cadastro das indústrias, sendo questionado pela  
124 conselheira da FIESC sobre estes dados, os técnicos da CERTI ficaram de entrar em contato,  
125 estando isto, inclusive, previsto no plano de ação, para se fazer campanhas e deixar os dados  
126 mais precisos. Questionado pelo conselheiro Ricardo, do Fórum de Comitês, qual etapa do  
127 plano se encontra no momento, foi respondido pelo Vinícius que está sendo feito duas etapas  
128 ao mesmo tempo, o prognóstico das demandas e a compatibilização, que são as duas etapas  
129 que precedem o plano de ação, que é a última. Está sendo realizadas as duas etapas em  
130 conjunto, pois se percebeu que não tinha porque discutir o prognóstico de demanda para  
131 então discutir a compatibilidade, então vencendo estas duas etapas será realizada a etapa de  
132 encontros regionais e já aproveitou a oportunidade para solicitar que isto seja debatido com  
133 o Fórum dos Comitês, quando então o conselheiro Ricardo colocou-se a disposição.  
134 Vinícius, da CERTI, explicou ainda que estes debates que virão a acontecer subsidiariam  
135 eventuais correções no Plano, como já foi concluído o cenário tendencial e agora está sendo  
136 concluído o cenário desejado, aí então, o material seria entregue para a SDS e depois seriam  
137 realizados estes encontros. Questionado então pelo conselheiro Alexandre, sobre as vazões  
138 de diluições de carga, perguntou ainda se a correlação entre o cenário crítico com os dados



**ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 30/03/2017**

139 de qualidade da água dos rios, o que foi respondido pelo Vinícius da Fundação CERTI que a  
140 grande dificuldade são os dados de qualidade de água estarem com vazão associada que é o  
141 que se calcula que na prática é carga, pois a maioria dos monitoramentos de qualidade da  
142 água são apenas dados de laboratório sem vazão, então, não se consegue transformar este  
143 dado em carga. Vinícius ressaltou que estatisticamente entende que este seria o dado  
144 adequado, pois a CONAMA deixa claro que é a  $Q_{7\ 10}$  para realizar o enquadramento, pois a  
145 vazão de restrição para lançamento seria a condição mais crítica. Optou-se por realizar desta  
146 forma para mostrar o problema de saneamento do estado, em vazão teoricamente  
147 disponibilizada, porque anteriormente estava sendo feito dois balanços em um dado  
148 quantitativo e qualitativo, e o qualitativo sempre causava polêmica porque partia de muitas  
149 premissas e era um dado complicado. Alexandre ponderou que talvez tenha um cenário  
150 crítico aprontado que não reflita a realidade e isto poderia gerar um certo descrédito.  
151 Vinicius respondeu que talvez o problema seria de escala, do que a ANA considera um  
152 cenário crítico. Passada então a palavra ao Bruno, ele ressaltou que esta discussão reflete as  
153 principais dificuldades da gestão de recursos hídricos, que existe uma lacuna no saneamento  
154 e nas informações relacionadas a qualidade da água e que o Plano Estadual realmente tem  
155 limitações para tratar. Hoje o que se existe é uma rede pontual, no Norte com o Comitê  
156 fazendo algumas coisas e no Camboriu com a EPAGRI fazendo alguma outra coisa,  
157 operando e não se tem a informação da vazão associada. Sendo ainda a questão da qualidade  
158 da água e do saneamento o maior ponto de ação a ser superado. Passada a palavra ao  
159 conselheiro Flavio, ele ressaltou que seria mesmo um problema de escala e levantou ainda  
160 que as redes de estações do Estado tem uma falha básica de buscar problemas de  
161 meteorologia e não de hidrologia da bacia. Para ter dados de vazão, precipitação e os efeitos  
162 disso nas cargas dos rios. Ciro ainda levantou a ideia de se implementar em bacias pilotos. O  
163 que foi complementado pela conselheira Nadia que tem bacias piloto na UFSC que  
164 poderiam ser disponibilizadas. Passada a palavra novamente ao Bruno, ele ressaltou que  
165 como o Plano é acompanhado diretamente pela Câmara Técnica do Plano, mas  
166 posteriormente terá de ser aprovado pelo CERH é importante que já sejam ouvidas sugestões  
167 e que já se esteja familiarizado com as questões. Passou-se então ao próximo item da pauta  
168 **“Apresentação do Relatório Anual dos Comitês de Bacias Hidrográficas”** foi feita a  
169 apresentação pela Camila, secretária executiva do CERH, das fotos das reuniões técnicas,  
170 assembleias, mobilizações, trabalho de campo, educação ambiental e eventos como dia da  
171 água e dia da árvore, entre outros, realizados em todos os comitês de bacias do Estado,  
172 mostrando que eles estão ativos e contando com a participação da população. Questionado  
173 pelo conselheiro Alexandre sobre indicadores e metas de cumprimento dos Comitês, foi  
174 respondido pelo Bruno que isto foi tratado na última reunião em novembro, que são duas  
175 ações que vem em paralelo com o mesmo intuito, uma é o PROCOMITÊS, que é um  
176 programa lançado a nível nacional e se trata de um recurso complementar da ANA, que  
177 manda aos Estados, para ser destinado ao fortalecimento, estruturação e apoio aos comitês e  
178 que está atrelado ao cumprimento de metas, indicadores, metas de atuação, de participação e  
179 de execução de programas e projetos e da instrumentalização dos instrumentos em cada  
180 bacia. Para isso foi feito um seminário de dois dias em Itajaí, junto com a ANA, para definir  
181 as metas dos próximos cinco anos e o relato do cumprimento das metas vai indicar o repasse  
182 de um recurso aos Estados. Outro modelo de apoio que a SDS está fazendo aos comitês é o  
183 chamamento de entidades, que também está relacionado ao cumprimento de metas,  
184 indicadores de desempenho, operacionais e financeiros e de articulação institucional, para



**ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 30/03/2017**

185 qualificar o pagamento dessas entidades. Uma das razões é que sempre foi questionado o  
186 repasse, sempre se teve dificuldades de justificar estes repasses, e assim aumenta o grau de  
187 comprometimento com esta ação, porque depende efetivamente do cumprimento das metas,  
188 assim isso será monitorado e ficará mais transparente, pois sempre se questionou a razão de  
189 se comprar equipamentos, pagar pessoas, entre outros, para os comitês, da maneira como  
190 vinha sendo feito anteriormente. Questionado se já começou, foi respondido pelo  
191 conselheiro Ricardo, do Fórum de Comitês, que começa a partir deste momento, mas a  
192 forma de relacionamento institucional entre os Comitês e a SDS que era através de plano de  
193 trabalho que todo ano cada comitê apresentava e era aprovado por cada ADR e pela SDS, e  
194 agora a metodologia será totalmente diferente. Por fim, Bruno Henrique Beilfuss perguntou  
195 se teria mais algum ponto a ser discutido, não sendo levantado mais nenhum assunto,  
196 agradeceu pela presença e participação ativa de todos e deu por finalizada a reunião.

197

198 Florianópolis, 30 de Março de 2017.

199

200

201

202

Camila de Andrade Christofoli  
Secretária Executiva do CERH

203

204